

| 969 | AMEAÇAS E VULNERABILIDADES DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS (BTS): EM BUSCA DA MITIGAÇÃO DOS RISCOS COMO CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

José Augusto Saraiva Peixoto

Resumo

Este artigo apresenta considerações sobre pesquisa que efetuou um levantamento dos riscos, vulnerabilidades, ameaças e capacidades onde foram identificados processos de geração de desastres, considerando-se as diversas forças sociais e políticas, bem como as dinâmicas populacionais. Concluiu-se que o desastre é gerado ao longo do tempo. Foram trabalhados os processos naturais, uso e ocupação do solo e conseqüências socioambientais na pessoa humana, comunidades, arranjos territoriais e cadeias de valor, bem como sua interferência em situações adversas. Os dados secundários foram coletados sobre documentos oficiais de órgãos públicos e empresas, assim como nos planos diretores de empreendimentos implantados na área. Os dados primários foram oriundos de anotações elaboradas a partir dos anos 90, em diversas visitas e pareceres para o licenciamento ambiental na região. Eles geraram caracterização e diagnóstico socioambiental, tendo como critérios básicos, o levantamento de informações físicas, biológicas e antrópicas. Os riscos e seus fatores internos (vulnerabilidades) e os externos (ameaças) foram identificados tendo a análise contemplada também os efeitos cumulativos advindos dos processos industriais e das atividades portuárias. A principal conclusão é a existência de vulnerabilidades institucionais e sociais, dentre as quais se destaca a falta de inserção do risco na cultura e nas políticas territoriais, quando se fita o desenvolvimento, gerando a não percepção dos elementos e das ações prospectivas mais conseqüentes. Os resultados podem servir de ponto de partida na avaliação e interpretação de simulações de cenários futuros, com efeitos socioambientais a serem considerados no planejamento e desenvolvimento do território desta região e outras.

Palavras-chave: Baía de Todos os Santos, vulnerabilidades, ameaças, território e desenvolvimento regional.

INTRODUÇÃO

O Quadrante Nordeste da Baía de Todos os Santos - QUANEBTS, de acordo com Saraiva Peixoto (2008:16) é o seu território mais ameaçado e vulnerável em diversos aspectos, tanto físico-estrutural e socioambiental, quanto geoconômico e artístico-cultural. Nele encontra-se instalada desde 1950, a primeira refinaria moderna e pública de petróleo do país (Petrobras, 2012), dando início ao processo de industrialização e de seus derivados; cinco portos, sendo três privados (Codeba, 2012), uma usina termoeletrica e um centro industrial com diversas unidades fabris em operação ou desativadas (Sudic, 2012), contribuindo para a

poluição e contaminação do conjunto ou parte dos ecossistemas associados aos biomas Mata Atlântica e Costeiro-Marinho.

O ser humano vem interferindo no meio ambiente, cada vez mais e de forma ampliada, para suprir suas necessidades, passando a produzir através de técnicas aperfeiçoadas e com avanços na sua eficiência e eficácia. A partir do processo de urbanização, com elevado crescimento populacional decorrente da industrialização do Planeta, que vem se intensificando há mais de duzentos anos (Revolução Industrial), assiste-se a um vertiginoso aumento de problemas de todas as ordens, refletindo em danos socioambientais, tais como: poluição e degradação de ecossistemas, com a contaminação do ar, dos solos, das águas, esgotamento de recursos naturais, perda de biodiversidade, crises energéticas, aumento de doenças, violência (urbana e rural), falta de moradia e de infra-estrutura básica, sobretudo nos países periféricos ou em desenvolvimento.

A exclusão social vem se intensificando paulatinamente à degradação ambiental e ao aumento da pobreza em grande parte do planeta, devido a processos de globalização e de rupturas de nacionalidades na complexa sociedade de risco, definida por Ulrich Beck em 1986 decorrentes dos efeitos colaterais e das ameaças produzidas de forma cumulativa pela sociedade industrial contemporânea.

No QUANEBS, os dois maiores sistemas de empreendimentos e atividades potencial e efetivamente poluidores, conforme a Resolução n. 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, estão emblematicamente simbolizados pela Refinaria Landulpho Alves de Mataripe - RLAM e Complexo Portuário de Aratu, que se caracterizam como equipamentos e unidades industriais e portuárias, de vulto: a primeira, pertencente a uma empresa pública de capital misto, e a segunda, administrada por uma autarquia federal, a Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA.

Também se encontra neste quadrante, o imenso passivo socioambiental, contaminante de chumbo e cádmio no território municipal e cidade de Santo Amaro, estuário do Subaé, águas, substratos e manguezais localizados em São Francisco do Conde e no extremo norte da BTS, sem igual no Hemisfério Sul. Boa parte da população santamarense encontra-se padecendo de fortes dores e dos males causados pelo excesso desses metais no organismo. Em março de 2007, ocorreu o fenômeno da Maré Vermelha, em forma de desastre socioambiental de grandes proporções, deixando a região em colapso econômico, onde milhares de famílias, notadamente de populações voltadas para a pesca, ficaram em situação de desespero.

Devido ao complexo sistema envolto nesta problematização, com diversos aspectos político-institucionais e geográfico-espaciais, qual a pergunta que precisa ser respondida visando contribuir para políticas públicas voltadas para o seu desenvolvimento territorial e regional? Como buscar soluções que reduzam os riscos tecnológicos quer por minimização das vulnerabilidades, quer por redução das ameaças, visando o planejamento urbano-ambiental e o desenvolvimento regional?

Este artigo investiga como se acumularam (padrão histórico) problemas socioambientais da ordem de poluições, contaminações dos elementos da natureza e geração de riscos e suas circunstâncias previstas ou imprevistas, bem como analisa as vulnerabilidades (sociais, ambientais, institucionais e corporativas) e as ameaças (naturais, antrópicas e tecnológicas), conforme Saraiva Peixoto (2008:17), contribuindo para a reparação social e ambiental das comunidades, pessoas e lugares no território.

Além disso, trata da necessidade premente de proteger parcelas dos biomas citados, contribuindo também para a garantia da manutenção de seus processos ecológicos, levando-se em conta o contexto socioeconômico dos múltiplos segmentos da sociedade. Durante a etapa de pesquisa teórica houve a contribuição de estudos desenvolvidos por pesquisadores de vários órgãos públicos, universidades e centros de excelência interessados nesta questão.

Verificou-se que o processo de construção e aperfeiçoamento do conhecimento é lento e vai se sedimentando ao longo do tempo, por isso foi necessário se aprofundar na busca da origem dos problemas geradores das vulnerabilidades e ameaças, que contribuem para a ampliação dos riscos tecnológicos ou de natureza complexa. Desse modo, a razão principal desta pesquisa foi conseguir ampliar subsídios para que as comunidades possam enfrentar os novos paradigmas da contemporaneidade, contribuindo para sua formação. Daí a necessidade da identificação e avaliação do potencial, observando as fraquezas, vulnerabilidades e ameaças.

Este trabalho versa sobre um objeto amplo e com muitas dificuldades para se pesquisar em diversos das centenas de empreendimentos e atividades potencial e efetivamente poluidores e geradoras de *ameaças*, além de localidades e assentamentos humanos mal planejados (desordenamento do uso e da ocupação do solo), propiciando o encadeamento de diversas *vulnerabilidades*.

Como resultados alcançados, baseados nas análises dos processos geradores de risco, verificam-se a existência de efetivas vulnerabilidades sociais, ambientais, institucionais e corporativas, bem como ameaças naturais, antrópicas e tecnológicas. Escolheu-se as

atividades de petróleo e gás, o passivo socioambiental da contaminação por chumbo e cádmio em Santo Amaro e região e o desastre socioambiental ocasionado pelo citado fenômeno da Maré Vermelha, como situações emblemáticas no cenário, mostrando a evolução de medidas compensatórias, mitigadoras e da legislação, assim como o enfrentamento de mudanças tecnológicas, na tentativa de reverter este quadro desfavorável.

Delimitação do QUANEBS

De acordo com Saraiva Peixoto (2008:70), está localizado no litoral baiano, sendo:

“...parte dos Territórios de Identidade do Recôncavo Baiano e Região Metropolitana de Salvador, aproximadamente entre as latitudes 12° 39'40" S - 13° S e longitudes 38° 30'W - 38° 43'30" W.” § Encontra-se delimitado geograficamente pelos divisores de água de todas as pequenas bacias hidrográficas drenantes para a BTS, advindas dos cinco territórios municipais continentais, notadamente os rios São Paulo, Caípe, Mataripe e Subaé, este considerado apenas à jusante da cidade de Santo Amaro. Abrange também todo o município insular de Madre de Deus”.

Caracterização da Área

A Agenda 21, aprovada na Eco 92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento), no capítulo 17, trata da proteção dos oceanos e de todas as zonas costeiras.

O corpo hídrico da BTS é uma Área de Proteção Ambiental (Decreto Estadual nº 7.595, de 05/06/1999), envolta em uma complexa questão socioambiental, com grande potencial turístico e de condições de fragilidade ambiental em virtude de seus atrativos e sítios naturais com alta diversidade biológica, que se encontra até hoje sem o fundamental Plano de Manejo. Também possui um alto valor cênico nas unidades de paisagem e no diversificado patrimônio histórico, artístico e cultural. No seu entorno, em áreas ribeirinhas e insulares, se encontram diversas áreas protegidas e unidades de conservação.

O arranjo sistêmico existente no território, formado por área de intensa dinâmica portuária, industrial e do refino do petróleo é gerador de riscos, onde será apresentado um rol de políticas públicas e uma arquitetura multinstitucional, visando proteger parcelas dos biomas citados, catalisando iniciativas existentes na região e propondo ações com vistas à garantia da biodiversidade e da manutenção dos modos de vida tradicionais das comunidades que lá habitam.

As populações

Nas comunidades tradicionais existentes (quilombos, povos do mar e ribeirinhos: pescadores artesanais, marisqueiros, catadores de crustáceos e pequenos agricultores), descendentes de nativos e africanos que ali moram, mesmo em precárias e inóspitas habitações, interagem e atuam à centenas de anos, num modelo de desenvolvimento de uso sustentável da biodiversidade, através da etnobotânica e medicina popular.

Suas formas de organização espacial e relações sociais são advindas de cultura ancestral (manifestações, saberes, fazeres e valores), determinadas pela transmissão oral do conhecimento, com muito sentimento e memória conservacionista intergeracional. Desse modo, suas relações socioeconômicas estão integradas com a formação fitogeográfica e as fontes naturais de alimento.

Com a promulgação da Constituição Federal, que inseriu dentre seus dispositivos, o direito à propriedade por parte desses grupos sociais e étnicos excluídos, as comunidades remanescentes de quilombos, por exemplo, se tornaram mais visíveis conforme previsto no artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sob o enunciado: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos [...]”, bem como o Decreto Federal nº 4887, de 20/11/2003, assegurou-lhes conquistas importantes.

Desse modo, com esses dispositivos legais passou-se a reconhecer grande parte do simbólico e da diversidade sócio-cultural e antropológica dessas comunidades na identificação de suas características culturais, sobretudo quando expressam sinais evidentes, a exemplo de ornamentos, vestuário e língua. Mesmo assim, os critérios de definição de remanescentes de quilombo passam pela sua autodeterminação, além do grande desafio no processo de demarcação e medição das terras.

Infraestrutura existente

Apesar do quadro de importância na economia do Estado, os municípios integrantes carecem de infraestrutura, principalmente com relação aos problemas socioambientais decorrentes da rápida e agressiva ocupação urbana desordenada do espaço territorial, tornando-se muito vulneráveis, onde, por exemplo, suas águas doces, salobras e salgadas recebem em diversos trechos, influência direta das bacias de contribuição de esgotos urbanos e industriais, com constantes ameaças e em consequência, estando em risco.

Na década de 1990, com recursos do BIRD (Projeto Metropolitano), foram construídos três aterros sanitários compartilhados para a disposição dos resíduos sólidos dos

municípios. A região concentra empreendimentos industriais de transformação, de grande porte, como siderúrgicas, refinaria, complexo portuário e estocagem de combustíveis.

DISCUSSÕES

As diversas tipologias de *vulnerabilidades*, notadamente as sociais e ambientais, em especial as de integração socioambientais, juntamente com as *ameaças*, naturais e tecnológicas são permeadas de situações indissociáveis que propiciam interdependências, que se entropõem por formações sucessivas e encadeamentos, segundo Saraiva Peixoto (2008:168). Nesse espaço territorial, os valores, vínculos e relações existentes entre as partes, bem como suas interferências, compõem hierarquia de *riscos*, com graus de comprometimentos onde ocorrem dimensões demográficas e temporais.

Enfatiza-se que é grande e complexo o desafio da busca pela sustentabilidade da região, estimulada e em curso no atual processo de desenvolvimento, marcado pela degradação permanente do meio ambiente e dos ecossistemas associados, a exemplo de manguezais, restingas e recifes de coral, interferindo nas dinâmicas socioespaciais da população, onde se intensifica a multiplicação dos *riscos socioambientais*, potenciais e efetivos.

O tecido social encontra-se num processo de construção de entrelaçamentos continuados e crescentes, que se reflete de diferentes modos na frágil fisiografia ambiental do território. Na atualidade, graves conseqüências são encontradas, especialmente com características sociais, ambientais e tecnológicos, que têm contribuído e propiciado a ampliação de situações adversas e que se mostram cada vez mais recorrentes, vinculados a processos de inter-relacionamento e encadeamentos, onde se entrecruzam indistintamente as *vulnerabilidades* e as *ameaças* que se interagem entre si em diferentes formações de componentes socioambientais, com todas suas complexas dinamicidades e peculiaridades.

Desse modo, percebem-se processos de transformação, em que a sociedade encontra-se exposta de modo crescente, não só sob *ameaça*, mas diretamente afetada por *riscos* e agravos socioambientais negativos. Assim, os *riscos* vêm contribuindo para que sua projeção siga além dos seus próprios limites contextuais, ampliando, sobremaneira, as possibilidades de estudos sobre sua cultura e procedimentos.

Nesse sentido, conforme Saraiva Peixoto (2008:169): “formam-se traços distintos entre as partes envolvidas e circunstâncias, apresentando uma interação profunda e dinâmica, com graus e características diferentes entre as componentes dos *riscos internos* (vulnerabilidades) e dos *riscos externos* (ameaças), dispostas em evidentes e diversificadas possibilidades de composições mistas, intercaladas e híbridas”.

No QUANEBTS, ao longo do tempo, sobretudo pós a implantação da RLAM, do CIA e do Porto de Aratu, ocorreram e foram percebidos diversos acidentes envolvendo contaminações tóxicas e poluição química industrial de grandes proporções e outros de menor porte, mas com impactos locais significativos, que apresentaram variantes múltiplas que, por sua vez, contribuíram para aumentar o debate público e científico sobre a questão dos *riscos* nas sociedades contemporâneas.

Ainda segundo Saraiva Peixoto (2008:170): “É importante destacar que, no contexto dos *riscos* que se apresentam, há uma imbricada conformação e configuração de nexos hierárquicos de causa e efeito que se relacionam e onde se percebe a existência de graus e magnitudes diferenciadas entre envolvimento e entrelaçamentos mais ou menos intensos, provenientes de diferentes modos e formas de *vulnerabilidades* e tipos de *ameaças*”.

Desse modo, os métodos para o disciplinamento do comando-controle, segundo a obra citada “revelam-se bastante ecléticos, tanto no que tange a evolução das transformações, abordagens e mudanças tecnológicas, quanto na diversidade dos contextos e nas possibilidades de ações voltados para a execução de medidas que promovam a mitigação dos agravantes *riscos*, por que passa a região, na contemporaneidade”.

De acordo com CRA (2002) e Hydros (2005), *apud* Saraiva Peixoto (2008:171): “, há carência de recursos humanos, técnicos e materiais em grande parte dos territórios municipais, somadas com as contínuas e crescentes emissões de poluentes e contaminantes atmosféricos, dos solos, dos recursos hídricos”, superficiais e subterrâneos. Acrescente-se ainda que, “as atividades do setor industrial e operações portuárias são as principais fontes de degradação ambiental, geradoras de *vulnerabilidades*, *ameaças* e *riscos tecnológicos*”.

Dessa forma, ainda baseado nas discussões e questionamentos encontrados em Saraiva Peixoto (2008:172), pergunta-se: “Por onde começar a redução das *vulnerabilidades*? E começar por qual delas? Considerando a *Interação da Trama dos Riscos*, onde suas questões formam sistemas complexos e um conjunto de fenômenos com relações de dependências mútuas, e seus componentes e fatores de diversas intensidades e frequências, se interagem e se integram”.

CONCLUSÃO

No território estudado, apesar de ser considerada como uma área de grande importância para a economia do Estado da Bahia, mesmo com uma população estimada em 10% dos cidadãos que habitam a RMS, inexistente um planejamento efetivo e estratégico, visando o seu desenvolvimento territorial regional, que contemple ações preventivas para

evitar, combater ou mitigar os *riscos* levantados, naturais e tecnológicos, bem como tensões e conflitos, salvo algumas ações isoladas e desarticuladas que, por isso mesmo, tendem a ser ineficazes.

Uma grande preocupação, no entanto, encontra-se inerente às comunidades, voltadas para a *percepção de riscos* potenciais e existentes.

Desse modo é inequívoca a necessidade da elaboração, construção ou aperfeiçoamento de mecanismos, ferramentas e instrumental jurídico para propiciar medidas participativas em sua defesa.

O Estado da Bahia deve o seu nome à BTS, sendo o QUANEBS o seu espaço territorial mais comprometido com *riscos*, provocados por diversas *ameaças* provenientes de atividades humanas, potencial e efetivamente poluidoras, e diversas *vulnerabilidades sociais, ambientais, institucionais e corporativas*, juntamente com os passivos ambientais e sociais, num território com ecossistemas tênues e frágeis, como os manguezais e os recifes de coral.

Ao longo do trabalho de pesquisa, pode-se perceber que não existe cumprimento efetivo da legislação ambiental brasileira, sobretudo quando o assunto resvala para a fiscalização do próprio cumprimento das leis em vigor. Esta situação encontra-se bem representada no caso específico da prática da pesca predatória na modalidade de explosivos, amplamente difundida em diversos recantos da BTS, em particular, na região de Madre de Deus. Desta forma, se traduz em precária situação não conseguindo que seja cumprido o extenso rol de documentos legais, nas três esferas de poder.

Assim, toda essa *vulnerabilidade institucional* vem contribuindo, sobremaneira, para o agravamento da *fragilidade ambiental* dos mais diversos ecossistemas, além de se configurar como uma *ameaça antrópica*, indutora ao *risco social*, que deságua numa crônica *vulnerabilidade social*.

Considerando os diversos ciclos econômicos, ao longo do tempo, em todos eles houve “doses” e “levas” de degradação, nesses mais de meio milênio de processo civilizatório. No entanto, na atual etapa da era do petróleo e da indústria química e petroquímica, passou a existir um grande passivo social e ambiental deixado pelo modelo de desenvolvimento urbano-industrial implantado, com perigosas ações geradoras de *desastres* ou *acidentes ampliados*, sob a ótica do poder público ou dos empreendimentos privados, sem os devidos e necessários progressos técnicos.

Por falta de estruturas adequadas, vários prejuízos ambientais foram acarretados nas áreas urbanas e rurais, bem como nos arranjos territoriais. Dentre eles, encontra-se a deposição de lixo e o lançamento de esgoto *in natura* nos rios. Em todas as localidades

também são encontrados nucleações urbanas que cresceram de forma rápida, sem os devidos cuidados de infra-estrutura e carentes dos necessários equipamentos urbanos, bem como falta de acesso a serviços, em especial os de saúde e educação, energia, e saneamento ambiental. Também em diversos assentamentos humanos, formados por segmentos sociais de baixa renda, sujeito à diversas vulnerabilidades sociais e riscos à saúde, há construções precárias e unidades habitacionais auto-construídas, dispostas em áreas inadequadas e de risco.

A avaliação dos impactos decorrentes dos processos de operações indica a necessidade de programas de pesquisas a serem desenvolvidos, que poderão possibilitar a mitigação dos impactos negativos, através de medidas preventivas, corretivas e/ou compensatórias, bem como a otimização dos impactos positivos. São necessários, portanto, adotar procedimentos mais modernos na área administrativa, que atualmente são insuficientes para suprir a demanda. A partir de visitas *in loco* foi percebido que alguns empreendimentos, a exemplo da RLAM, já utilizam alguns mecanismos e técnicas de mitigação dos impactos no processo industrial, na exploração, produção, refino e transporte.

Desta forma, pode-se correlacionar estas técnicas de mitigação com o ambiente impactado, citando-se que todo este arcabouço de formulações deveria ter se verificado antes, conforme adequabilidade das situações existentes. Assim:

a) É necessário que não se observe somente a paisagem atual e o comprometido espaço natural, mas os novos empreendimentos e atividades, sobretudo os ligados ao Turismo, como os complexos hoteleiros e *resorts* e ao desenvolvimento imobiliário que querem se implantar na região;

b) Os diversos EIA/RIMAs que subsidiaram tecnicamente localizações, implantações, operações e ampliações de empreendimentos e atividades potencialmente poluidores e degradadores do ambiente, apresentam uma série de lacunas que deveriam condicionar ou impossibilitar a aprovação dos documentos processuais para o licenciamento e a fiscalização.

Desse modo, é fundamental que pesquisas para a *gestão dos riscos ambientais* sejam estabelecidas o quanto antes, visando sua redução, tanto no planejamento do uso e ocupação do solo das nucleações urbanas, quanto no zoneamento dos territórios municipais.

Pelo pesquisado, constatou-se a existência de um forte descompasso e grande defasagem de atuação entre a ocupação desordenada do território e a crítica debilidade institucional vivida ao longo do tempo.

Além de ineficácia, confere-se falta de transparência em medidas contra a poluição efetivadas pelas fontes poluidoras e falta de controle efetivo em emissões.

Sobre o passivo de chumbo e cádmio no território santamarense e cercanias, trata-se de uma questão bastante complexa que envolve grandes esforços para a sua solução. A situação socioambiental continua grave, onde milhares de pessoas padecem com forte contaminação por esses metais, ingerida ou manipulada.

No caso da *Maré Vermelha*, ficou bastante evidente a *vulnerabilidade institucional*, quando as autoridades não conseguiram imaginar a dimensão, definir a magnitude e não se prontificaram a estabelecer e conduzir o episódio como um *desastre socioambiental* de grandes proporções. Do mesmo modo, a opinião pública também não foi devidamente sensibilizada, quando os veículos e órgãos de comunicação não priorizaram nem aprofundaram o assunto, por não entender da presença e da intensidade do fenômeno (antes, durante e depois), na grande maioria das coberturas e reportagens efetuadas.

Em consequência, e o que é mais grave, ficou mais uma vez demonstrado que a classe média baiana, não se solidarizou com os afetados, talvez pelo fato da grande maioria dos atingidos ser oriunda de classes econômicas menos favorecidas. Desse modo, a grande maioria da população não se mobilizou para se comprometer com as vítimas do episódio. As raras exceções foram mobilizações promovidas por instituições religiosas e comunitárias, notadamente a CPP e outras Pastorais da Arquidiocese.

É urgente, portanto, que se desenvolvam pesquisas para que se monitorem as águas, os empreendimentos industriais, os portos e as demais atividades impactantes na BTS, visando a prevenção contra desastres tecnológicos e que sejam criadas estratégias para influenciar nas políticas públicas, sobretudo, preventivas. Por tudo isso, fica evidente o raciocínio lógico sobre as negligências e descasos ocorridos, com a seguinte pergunta provocadora: Quem é que vai pagar por isso?

Assim, conclui-se pela necessidade de buscar na sua transversalidade, a construção de pactos com o envolvimento e a participação do maior número possível de atores sociais diversificados, a exemplo de: trabalhadores, pequenos produtores, empresários, lideranças de entidades sociais, populares, comunitárias e ambientalistas, representantes políticos e técnicos de diversos órgãos públicos.

Sugestões e Recomendações

A base de informação construída poderá vir a ser um escopo de caráter estratégico, de gerenciamento e monitoramento dando suporte a pesquisas que formulem conhecimentos científicos novos a programas e planos voltados ao desenvolvimento integrado e sustentável no QUANEBS. Portanto, sua disponibilização será ainda

fundamental em situações de emergência nas quais as decisões dependem de um rápido acesso a conhecimentos da área de impacto, em seus aspectos físicos, bióticos e sócio-econômicos, sempre lembrando que a realidade é dinâmica, revendo, quando possível, as decisões e as escolhas tomadas, observando-se o momento certo para fazer a necessária mudança.

Por outro lado, é necessário desenvolver processos de conscientização socioambiental, fundamentais para se formarem hábitos mais saudáveis visando a sustentabilidade das comunidades. A percepção dos pescadores sobre o grau de poluição e a atuação das ONGs no episódio da *Maré Vermelha*, poderão ser objetos de pesquisas determinantes sobre fenômenos sociológicos e comportamentais.

Assim, por exemplo, apesar do processo de licenciamento legalmente instituído no Brasil ter estabelecido a obrigatoriedade de elaboração de EIA/RIMA para cada empreendimento potencialmente causador de impacto ambiental, isoladamente, tem-se percebido que as licenças ambientais deveriam iniciar-se, de fato, antes da definição, observando-se a necessidade de uma Avaliação Ambiental Estratégica - AAE, para, previamente, diagnosticar aspectos socioambientais, identificando impactos e propondo programas e medidas ambientais específicas.

A avaliação isolada de empreendimentos e atividades de grande porte não possibilita ao órgão ambiental, estadual ou federal, identificar ou perceber a natureza de alguns impactos sinérgicos referentes aos ecossistemas.

Do mesmo modo, é preciso desenvolver urgentemente pesquisas e estudos sérios e idôneos sobre a *vulnerabilidade institucional*, promovendo o estabelecimento de uma cultura nos órgãos governamentais, responsáveis pela implantação de políticas públicas ambientais, reparadoras e inclusivas, além de formulação de planejamento estratégico, para que haja uma maior integração e eficiência nas ações a serem realizadas na perimetral, abrangendo as margens e ilhas, região de entorno e áreas de influência. Assim, precisam ser estabelecidos cenários visando a pactuação de processos capazes de promover a redução do desequilíbrio entre o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a conservação ambiental, com ações sistêmicas.

A construção da cidadania encontra-se contemplada, a partir de práticas e valores de uma ética plural, onde a preocupação com a espacialidade e a temporalidade dos fenômenos e suas dinâmicas propicia o desenvolvimento de capacidades associadas ao convívio social entre os arranjos territoriais. Visando a diminuição das *vulnerabilidades sociais*

é necessário, em síntese, instrumentalizar as comunidades para o enfrentamento com as forças econômicas e processos degradadores do meio ambiente, natural e cultural.

Desse modo, são de extrema necessidade, investimentos maciços na área da educação e nos processos de aprendizagem, com o intuito de promover a capacitação e ampliação do conhecimento e elucidação, com a integração das teorias e práticas presenciais apresentadas anteriormente. Pelo exposto, recomenda-se a remoção de obstáculos que possam contribuir para a diminuição ou redução das desigualdades sociais existentes, sobretudo nas condições de vida para garantir um crescimento e a busca por um desenvolvimento sustentável, com a elaboração e implementação de políticas públicas inclusivistas, compensatórias e mitigadoras.

Assim, deve-se levar em consideração, a necessidade da aplicação da justiça ambiental, como forma de balizamento e princípio básico visando a sustentabilidade. Desse modo, ações e efeitos cumulativos precisam ser investigados e avaliados, para que sejam referências, contribuindo para que haja maior eficiência na economia ecológica e solidária, assim como a atenuação de usos de recursos e serviços socioambientais e reparadores.

É necessário, portanto, uma melhor compreensão dos diferentes graus de diversificação das *vulnerabilidades* das populações que ocupam esses espaços afetados, com o aparecimento e aumento de novos distúrbios ambientais com a garantia do direito constitucional à vida, à saúde, à segurança e à incolumidade, em circunstâncias de desastres, principalmente através da implementação de ações preventivas, em consonância com as recomendações da ONU.

Enfim, para o estabelecimento de ações relevantes e significativas voltadas para a dinâmica do planejamento urbano-ambiental, visando o desenvolvimento territorial regional e sistêmico, na era do chamado Desenvolvimento Sustentável, é de vital importância que as seguintes ações se efetivem concomitantemente, com interdependência, por parte dos três setores, conforme a terminologia sociológica em voga, e que sejam, portanto, mutuamente influenciadas:

a) Poder Público (1º setor - nos três níveis de governo: União, Estado da Bahia e todas as administrações municipais integrantes da região) e nos três poderes republicanos: Executivo, Legislativo e Judiciário. Setor responsável pela prestação de serviços sociais previstos na Constituição Federal, a exemplo do acesso à saúde, educação e segurança, bem como a instituição das leis e o seu cumprimento:

- Elaborar e implementar políticas públicas governamentais voltadas para a mudança cultural e motivação da sociedade, com ações de resposta e enfrentamento aos desastres, com

o recrudescimento de processo de conscientização, através de campanhas educativas para as diferenciadas situações existentes;

- Desenvolver a visão sistêmica e integradora nos planos diretores urbanos e territoriais, bem como nos planejamentos urbanísticos, com ênfase no respeito às normas municipais e dispositivos legais para o uso e ocupação do solo;
- Exercer rigoroso gerenciamento ambiental no comando e controle dos recursos naturais, sobretudo nos empreendimentos e atividades potencial e efetivamente poluidores, tanto nas localidades, quanto nas áreas rurais; insulares e naturais, protegidas ou em processo de proteção;
- Manter um mínimo de linearidade, coerência, transparência e confiabilidade no licenciamento ambiental para empreendimentos, sobretudo nas atividades provenientes das operações de extração e refino, instalações e equipamentos industriais, empreendimentos comerciais e portuários;
- Utilizar os recursos (financeiros, humanos e materiais) com prudência, procurando praticar princípios de conduta e padrões de comportamento aceitos pelas comunidades, de acordo com suas crenças, convicções e valores próprios e estabelecidos, conforme suas expectativas;
- Estabelecer diretrizes e implementar ações voltadas para o gerenciamento costeiros, ouvindo os demais setores da sociedade, visando o exercício do controle social.

b) Iniciativa Privada (2º setor – conjunto de empresas e atividades econômicas voltadas para o mercado e as trocas comerciais – compra e venda):

- Agregar novos valores aos negócios, buscando desenvolver mudanças nas atitudes, com a incorporação de inovações tecnológicas que venham a reduzir os deletérios efluentes, emissões e produção de resíduos perigosos e contaminantes - Ecoeficiência;
- Estabelecer parcerias estratégicas com o 3º Setor, visando atividades voltadas para a responsabilidade socioambiental;

c) Organizações Sem Fins Lucrativos e Não Governamentais (3º Setor – Importantes agentes na construção de um novo modelo de desenvolvimento). Geralmente as instituições e entidades da sociedade civil visam a promoção do bem-estar social da população e das questões ambientais, como a proteção do meio ambiente, assim como dos direitos humanos e das causas sociais e coletivas, gerando serviços de caráter público. Existe muito em função da ineficiência e falta de capilaridade do Estado em atender todos esses problemas (sociais, ambientais, socioambientais, econômicos e socioeconômicos), bem como ações voltadas para o compartilhamento, a solidariedade e o consenso do bem comum:

- Estabelecer o exercício da cidadania, através do controle social nos mais diversos colegiados voltados para os interesses públicos e dos bens e direitos coletivos e difusos, buscando ampla proteção contra o abuso do poder do governo e do capital (“interesse dominante”);
- Buscar o aumento da auto-estima das comunidades, apontando diretamente para a raiz dos complexos problemas econômicos, tecnológicos e sociais, geradores, causadores e decorrentes, de altas vulnerabilidades;
- Contribuir na observação do desafio de analisar e criticar as ameaças dos atuais valores e visão de mundo, mostrando um caminho para a travessia na direção de uma nova economia global na era da informação.

Portanto, para mitigar os impactos decorrentes deste modelo industrial inadequado, deveria ser elaborado de imediato o mais que necessário Plano de Manejo da APA BTS, com a criação de um cinturão de proteção ambiental à vizinhança.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A.N. (1988). *Espaço Territorial e Proteção Ambiental*. In Geografia & Questão Ambiental, Editora Marco Zero, São Paulo.

ALBUQUERQUE, A.L.; BERTOLINO, L.C.; LELES, C.M.D., (2006). As Disparidades Existentes entre a Proteção Ambiental e as Atividades Econômicas Exercidas em Áreas “Naturais” Analisadas em Itambi – RJ.

ALMEIDA, V.G. (1997). *Aspectos da Fauna*. In: *Baía de Todos os Santos: Diagnóstico Sócio-Ambiental e Subsídios para a Gestão*. Salvador. GERMEN/UFBA – NIMA. p.137-150.

ANDRADE, M. (2005). Quem é que vai Pagar por isso? Jornal A Tarde. Disponível em: <www.atarde.com.br> Acesso em 15 set.2012.

BLAIKIE, P.; Cannon, T.; David, I.; Wisner, B. (1996). *Vulnerabilidad – El Entorno Social, Político Y Económico de Los Desastres*. Primera Edición: Julio de 1996. LA RED. Red de Estudios Sociales em prevención de Desastres em América Latina.

BORBA, C. dos A. de, (2006). Território Quilombola: Identidade e Inclusão Social – O caso dos Martinianos, Restinga Seca/RS. In: Revista Eletrônica dos pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol.3 n.1 ago/dez 2006. p. 86-89.

BRITO, Ronan C. (2006). *Ambientes Aquáticos*. In: *Baía de Todos os Santos: Diagnóstico Sócio-Ambiental e Subsídios para a Gestão*. Salvador. GERMEN/UFBA – NIMA. p.71-78.

CELINO, J.J. e QUEIROZ, A.F. de S. (2006). *Fonte e grau da contaminação por hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs) de baixa massa molecular em sedimentos da baía de Todos os Santos, Bahia*. In Revista Escola de Minas. v. 59 nº 3 Ouro Preto. jul./sep. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0370-44672006000300003&lng=&nrm=iso&tlng Acesso em 15 set. 2012.

CEPREDENAC - PNUD 2003. *La Gestión Local del Riesgo: Nociones y Precisiones em torno al concepto y la Práctica*. Guatemala. Disponível em www.cepredenac.org Acessado em 26 set. 2012.

CODEBA (2012). Disponível em: < <http://www.codeba.com.br/>> Acesso em 15 set. 2012

CRA (2002). Disponível em: <www.cra.ba.gov.br> e <http://www.seia.ba.gov.br/default_principal.cfm?CFID=266856&CFTOKEN=51460252> Acesso em 15 set. 2012.

GARCIA, K.C. (2007). Avaliação Estratégica do Risco à Biodiversidade (AERB) nos Planos e Programas de E&P *offshore* de Petróleo e Gás Natural. Tese de Doutorado.

COOPPE/UFRJ. 2007. Disponível em: <
<http://www.ppe.ufrj.br/pppe/production/tesis/dgarciakc.pdf>> Aces: 15 set. 2012.

GUIMARÃES, R.B. e SARAIVA PEIXOTO, J.A. (2007). O Fenômeno da Maré Vermelha na Baía de Todos os Santos. Anais do II Simpósio Nacional de Desastres. Santos.

HYDROS (2005). Diagnóstico Ambiental da Baía de Todos os Santos. Disponível em CD.

PEIXOTO, J.A.S.(2001). *Grande Recôncavo: Em Busca da Sustentabilidade do Desenvolvimento para "Outros 500" Anos*.In:Anais V Congresso Baiano de História.

PETROBRAS (2012) Disponível em: <www.petrobras.gov.br> Acesso em 15 set. 2012.

PORTO, M.F. (2005). *Acidentes Químicos Ampliados. Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Escola Nacional de Saúde Pública CESTE/ENSP/FIOCRUZ*. Disponível em: <www.google.com.br> Acidentes Químicos Ampliados. Acesso em 15 set. 2012.

SANTOS, Milton. *A rede Urbana do Recôncavo*. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia; sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 59-100. Texto original de 1959.

SARAIVA PEIXOTO (2008). Ameaça e Vulnerabilidades da Bahia de Todos os Santos. Dissertação apresentada ao Mestrado de Engenharia Ambiental e Urbana da Escola Politécnica - MEAU/UFBA.

SEI (2012). Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/> Acesso em 15 set. 2012.

SEPLAN (2012). Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/> Acesso em 15 set. 2012.

SOUZA, P.F. de A. (2003). *Análise de Indicadores de Sustentabilidade Ambiental: o Exemplo do Transporte Marítimo de Hidrocarbonetos na Baía de Todos os Santos*. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, DF. Disponível em: http://www.paulosouza.pro.br/pt/academico_publicacoes.asp Acesso em 15. set 2012.

SUDIC (2012). Disponível em: www.sudic.ba.gov.br Acesso em 15 set. 2012.

TAVARES, T.M. (1997). *Contaminação Química no Ambiente Marinho*. In: Baía de Todos os Santos: diagnóstico sócio - ambiental e subsídios para a gestão. Salvador: Germen / Universidade Federal da Bahia. NIMA, 1997. p. 151-164.

Universidade Federal da Bahia. 1992. *Avaliação de Impacto do Derramamento de Óleo na Baía de Todos os Santos em 16.04.92*. Relatório Final. Universidade Federal da Bahia, Salvador - BA. 231 pp.

UPB (2012). Disponível em: <www.upb.ba.gov.br> Acesso em 15 set. 2012

VEIGA, I.G. (2003). *Avaliação da Origem dos Hidrocarbonetos em Sedimentos Superficiais de Manguezais da Região Norte da baía de Todos os Santos, Bahia*. Macaé: LENEP/UENF, 2003. 205p. (Dissertação de mestrado em Engenharia e Exploração de Petróleo).